



1 **APROVAÇÃO 30/11/2020** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA  
2 TÉCNICA INSTITUCIONAL LEGAL - CTIL DO COMITÊ DA REGIÃO  
3 HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE  
4 MARICÁ E JACAREPAGUÁ - CBH/BG. GRAVAÇÃO DISPONÍVEL - No dia 03 de  
5 novembro de 2020, terça-feira, às 10h, deu-se a reunião extraordinária da CTIL do  
6 CBH-BG por videoconferência com a seguinte pauta: **1) Aprovação das atas de**  
7 **30/09/2020 e 19/10/2020; 2) Resolução de Criação do GT Licenciamento**  
8 **Ambiental (GTLA).** Halphy Rodrigues informou que Jacqueline Guerreiro  
9 comunicou a ele que iria se atrasar devido à outra reunião da qual estava  
10 participando e propõe que a reunião seja iniciada. A reunião teve início às 10h25. **1)**  
11 **Aprovação das atas de 30/09/2020 e 19/10/2020:** Halphy Rodrigues pede para que  
12 Carolina Martins projete a ata do dia 30 de setembro de 2020 e, em seguida, a do  
13 mês de outubro. Halphy Rodrigues inicia a leitura da primeira ata. Adriana Bocaiuva  
14 pede para que seja incluído na sua fala sobre o seu questionamento dos valores  
15 dos “Considerados” e sobre o PSA em relação ao retorno do investimento. Maria  
16 Teresa Gouveia pede para que seja mencionada na sua fala a monitoração das  
17 ações das instancias técnicas do CBH-BG. A ata foi aprovada, passando-se então à  
18 ata de 19 de outubro de 2020. Halphy Rodrigues questiona aos presentes na  
19 reunião se a contração do PMSB teria sido para revisão ou realização. Daniel Hoefle  
20 confirma ter sido uma revisão. Daniel Hoefle pede para que seja acrescentado a  
21 sigla “RJ” junto com PMSB, para que seja específico e não se confunda com os  
22 demais municípios. Carolina Martins informa que esta reunião não foi gravada por  
23 conta da modificação dos recursos disponíveis no email institucional utilizado para  
24 as gravações. Flávia Lanari alerta a respeito dos espaçamentos entre as  
25 numerações do tópico, alegando que uma ata não deve possuir tal estrutura e  
26 Carolina Martins faz a correção dos espaçamentos. Markus Budzynkz se manifesta  
27 dizendo que gostaria que fosse incluído seu posicionamento em relação à função da  
28 Agevap. Maria Teresa Gouveia coloca que está faltando o encaminhamento de  
29 alteração e ampliação das atribuições atuais deste GTLA. A ata foi aprovada. **2)**  
30 **Resolução de Criação do GT Licenciamento Ambiental (GTLA):** Flávia Lanari  
31 Coelho informou que Christianne Bernardo enviou uma contribuição por email.  
32 Carolina Martins projetou a minuta da resolução que continha as contribuições de  
33 Christianne Bernardo. Halphy Rodrigues propôs que, para fosse mais eficiente, se  
34 realizasse a leitura da resolução e posteriormente as sugestões de alteração.  
35 Adriana Bocaiuva sugere no Art.1 seja retirada a nomenclatura das licenças tendo  
36 em vista que algumas alterações foram realizadas, evitando assim desatualizações,  
37 havendo a corroboração de Maria Teresa Gouveia, citando os licenciamentos do  
38 SLAM como exemplo. Adriana Bocaiuva colocou que acreditava que o ideal seria  
39 existir ao menos um representante de cada subcomitê, mas expressa que considera  
40 qualquer outra opinião a respeito de suas propostas de correção. Maria Teresa  
41 Gouveia propõe a criação de um novo parágrafo que obrigue o GT a convidar um

42 representante de cada subcomitê onde ocorrerá o licenciamento, devendo a  
43 coordenação convocar representante(s) especialista(s) em áreas específicas  
44 relacionadas ao empreendimento a ser licenciado. Daniel Hoefle pede para que seja  
45 definida a composição mínima do GT. Adriana Bocaiuva explica que a Resolução 70  
46 prevê a Câmara Técnica se debruçar sobre esse tema e, quanto à criação de um  
47 GT, não há uma previsão exata sobre o grupo. Halphy Rodrigues pontuou que o  
48 artigo 2º ressalta a possibilidade da criação de uma Câmara Técnica ou um Grupo  
49 de Trabalho específico. Adriana Bocaiuva concorda com o apontamento de Halphy  
50 Rodrigues. Daniel Hoefle diz que é a favor da anulação do parágrafo que fala de tal  
51 assunto. Maria Teresa Gouveia e Flávia Lanari colocam que o GT não deveria se  
52 ater somente a análise de projetos que envolvessem a obrigatoriedade de  
53 apresentação de EIA no processo de licenciamento ambiental, ampliando as  
54 licenças ao máximo. Adriana Bocaiuva pontua que entendeu o ponto de vista,  
55 citando como exemplo casos específicos que tenham passado despercebido de um  
56 EIA/RIMA, mas que ainda possa causar um grande impacto. Daniel Hoefle  
57 especifica que este impacto seria o sinérgico. Flávia Lanari sugere que seja  
58 explicando na plenária do CBH-BG o motivo da alteração, esclarecendo que o  
59 melhor seria ampliar as licenças, além de apresentar uma proposta de mudança  
60 para a Resolução nº70. Daniel Hoefle replica que não há necessidade de mudança  
61 da Resolução nº70, já que o GT pode analisar os impactos sinérgicos. Adriana  
62 Bocaiuva corrobora com Daniel Hoefle, exemplificando que 10 pequenos  
63 empreendimentos que juntos podem gerar um impacto sinérgico e o seu foco de  
64 raciocínio não está vinculado a Resolução nº70, já que esta se refere apenas a  
65 EIA/RIMA. Adriana Bocaiuva coloca que, por lei, se um estabelecimento tiver que  
66 realizar algum impacto hídrico, o Comitê deve se manifestar, porém não está no  
67 regulamento. Daniel Hoefle solicita que o artigo 5º da resolução nº70 seja incluído  
68 nas considerações. Jacqueline Guerreiro iniciou sua participação na reunião e  
69 informou se atrasou em decorrência de outra reunião. Daniel Hoefle perguntou se  
70 não deveria ser anulado o “considerando” que fala sobre a não previsão de  
71 instituição do GT de licenciamento Ambiental, correção que já havia sido proposta  
72 por Adriana Bocaiuva. Maria Teresa Gouveia questionou por que estão criando um  
73 Grupo de Trabalho e não uma Câmara Técnica. Flávia Lanari respondeu dizendo  
74 que, de início, teria que ser a CTAP, pois a Câmara já existe, mas está inativa, mas  
75 acha que isso é algo que deverá ser debatido com antecedência. Jacqueline  
76 Guerreiro propôs fortalecer a importância da CTAP na resolução. Jacqueline  
77 Guerreiro lembrou que o CTAP não lida apenas com licenciamento. Foi discutido  
78 sobre a definição do que deveria ser enquadrado na análise do grupo, chegando-se  
79 à conclusão de que esta abordagem deveria ser realizada de forma que ampliasse  
80 as análises pensando os impactos qualitativos e quantitativos que poderiam ocorrer  
81 nos recursos hídricos. Daniel Hoefle questionou a questão da responsabilidade  
82 técnica sobre os pareceres técnicos emitidos, sendo esclarecido por Adriana

83 Bocaiuva que não há necessidade de um responsável técnico. Jacqueline Guerreiro  
84 completou que o documento também é político, que o sentido técnico utilizado não é  
85 restrito, que o comitê não assume este papel, mas sim de controle social. Maria  
86 Teresa Gouveia pontuou que o parecer técnico é para o comitê, não externamente.  
87 Foi passada então à questão da composição do GT. Flávia Lanari colocou que  
88 deveria haver o cuidado de não restringir o grupo, uma vez que é importante  
89 considerar que serão análises em diferentes situações. Halphy Rodrigues propôs  
90 que o GT fosse composto por membros dos subcomitês impactados. Daniel Hoefle  
91 sugeriu que também fossem convidados os municípios afetados. Markus Budzynkz  
92 colocou que a resolução nº92/2020 do CBH-BG já trata da composição dos GTs.  
93 Jacqueline Guerreiro pontuou que acredita ser interessante convidar poder público,  
94 mas sem direito a voto. Halphy Rodrigues sugeriu que a duração do GT seja igual  
95 ao mandato da atual plenária. Daniel Hoefle colocou que não acreditava que a  
96 resolução nº70 deveria ser revogada, mas sim reavaliada. Flávia Lanari solicitou que  
97 fosse realizada a inclusão da reavaliação da resolução nº70 na reunião de Diretoria  
98 Ampliada, além da reativação da CTAP, já que tem sido recorrentes a menções à  
99 instância. Halphy Rodrigues finalizou que Jacqueline Guerreiro havia solicitado  
100 inclusão de um ponto de pauta na reunião sobre participação social, sendo  
101 esclarecido por Jacqueline Guerreiro que a solicitação foi para a reunião seguinte.  
102 Jacqueline Guerreiro explicou rapidamente que realizou um levantamento sobre  
103 participação social, que proporia uma revisão de todos os “considerandos”. Adriana  
104 Bocaiuva sugeriu que Jacqueline Guerreiro encaminhasse por e-mail o material  
105 levantado.

106

107 Halphy da Cunha Rodrigues

108 **Coordenador da Câmara Técnica Institucional Legal**

109

#### 110 **Encaminhamentos:**

- 111 1- Publicação das atas aprovadas.
- 112 2- Incluir na pauta da reunião de Diretoria Ampliada a reavaliação da resolução  
113 nº70, bem como a necessidade de se mandar as questões que envolvam  
114 intervenções que demandam análise do CBH-BG à CTAP.
- 115 3- Incluir na pauta da próxima Plenária do CBH-BG a Resolução de criação do  
116 GTLA

117

#### 118 **Participantes:**



119 Instituto de Estudos em Direitos Humanos e Meio Ambiente – Sandra Beltrão;  
120 Associação de Moradores do Alto Gávea – AMALGA-RJ – Adriana Bocaiuva;  
121 Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA-  
122 RJ) – Markus Budzynkz; Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de  
123 Maricá (APALMA) – Flávia Lanari; Associação Organização da Sociedade Civil de  
124 Interesse Público Mobilidade e Ambiental Brasil – OMA – Brasil – Jacqueline  
125 Guerreiro; Conselho Regional de Biologia – CRBio – Maria Teresa Gouveia;  
126 Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – SMAC – Daniel Hoefle; Águas de Niterói –  
127 Halphy Rodrigues . Secretaria Executiva (Agevap): Carolina Martins; Rosália  
128 Oliveira.

129

130